EDITORIAL – OS FEITOS E NÃO FEITOS DO DECRETO 5.154/2024: 20 ANOS DEPOIS

Prof. Dra. Clarice Monteiro Escott
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre
clarice.escott@ifrs.edu.br | orcid.org/0000-0001-9222-1430

Prof. Dr. Tiago Fávero de Oliveira
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Santos Dumont
tiago.oliveira@ifsudestemg.edu.br | orcid.org/0000-0001-5117-6274

No ano de 2024, completaram-se 20 anos da publicação do Decreto 5.154/2004 que, ao revogar o extinto Decreto 2.208/1997, instituiu e abriu a possibilidade para a implementação de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Apesar dos limites impostos pelo contexto da época, o referido decreto sinalizou a importância de superar a dualidade educacional, tão presente na realidade brasileira. Além disso, foi um importante instrumento que antecedeu a publicação da Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cuja oferta de cursos prevê que 50% das matrículas estejam alocadas em cursos técnicos de nível médio, preferencialmente na forma integrada. É importante ressaltar que a discussão acerca da possibilidade de integração, na passagem do Decreto 2.208/1997 para o Decreto 5.154/2004, retoma a longa história da educação profissional no Brasil, apontando para possibilidades, limites e desafios. O novo cenário social e a inédita institucionalidade dos Institutos Federais, revelam, ao longo desses vinte anos, a necessidade de refletir sobre a realidade que os circunda e, também, acerca dos desafios que estão postos. O caminho aberto pela integração traz uma

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.

série de demandas que precisam ser objeto de reflexão para discentes, docentes e instituições.

Retomar a reflexão sobre o tema após 20 anos da publicação do referido Decreto implica identificar uma série de mudanças (políticas, econômicas, educacionais, culturais e sociais) que se deram. Ainda que o período em análise seja muito pequeno, é possível identificar, no contexto brasileiro, que ele foi marcado por inúmeras transformações no mundo do trabalho; pela expansão de um pensamento regressivo, autoritário, conservador e reacionário; a execução bem-sucedida de um golpe jurídico-midiático-parlamentar que resultou na deposição de uma presidenta, a eleição de um presidente que encarna valores da extrema direita; sem contar com o drástico fenômeno da COVID-19.

Além disso, o cenário educacional também se alterou. Como já dito, a própria criação dos Institutos Federais e a reconfiguração da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são eventos importantes que dialogam com o escopo do Decreto 5.154/2004. Posterior a isso, passamos por ataques vindos do movimento Escola “sem” partido; pela ofensiva do ensino domiciliar; pela contrarreforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (impostas e publicadas pelo alto), o rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano; a retomada da Pedagogia das Competências (com foco nas competências socioemocionais e ênfase no pragmatismo); a hegemonia de um currículo que forme empreendedores para um mundo sem emprego e uma série de medidas de empresariamento da escola pública a partir de várias frentes, além da militarização da educação básica pública.

É a partir deste contexto que esta edição traz alguns dos temas centrais para o debate necessário neste período histórico que marca os 20 anos do Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No trabalho “O corte: flexibilização produtiva e as implicações sobre o trabalho e a educação” destaca-se o contexto político e econômico da implantação da proposta de ensino técnico integrado ao médio e as contradições postas entre capital e trabalho, trabalho e educação pelo ideário

neoliberal, com a flexibilização do trabalho e os desafios impostos à proposta da escola unitária, politécnica, omnilateral e de formação humana integral.

No trabalho “A construção dos projetos integradores nos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional do Instituto Federal de Santa Catarian - Campus São José” defende-se o EMI com uma concepção político-pedagógica omnilateral e o projeto integrador como possibilidade metodológica de articulação entre os conhecimentos técnicos e propedêuticos para a formação humana integral, representando um movimento de resistência contra-hegemônica em relação à precarização e fragmentação curricular impostas pelo ideário neoliberal caracteristicamente presentes na contra-reforma do ensino médio no país.

Ainda no contexto dos Institutos Federais, o trabalho intitulado “transversalidade, verticalização e territorialidade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um levantamento do tipo estado da arte” desenvolve a relação entre transversalidade, verticalização e territorialidade e a forma como estes conceitos se articulam com a política dos Institutos Federais, apontando lacunas e desafios que uma pesquisa bibliográfica apontou ao analisar o modo pelo qual os IFs implementam, em seus currículos e projetos (de ensino, pesquisa e extensão) estes artigos.

Em “Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para uma educação profissional tecnológica emancipadora” os autores realçam a importância da Pedagogia Histórico-Crítica como caminho contra-hegemônico para a superação das dicotomias pedagógicas tradicionais e tecnicistas, pressuposto central da proposta do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, seus limites e possibilidades de, à luz do materialismo histórico dialético e da centralidade da categoria do trabalho, contribuir para a compreensão do homem e da sociedade, bem como da construção de uma práxis emancipatória.

Nesta mesma perspectiva, o artigo “Educação Profissional e Ensino Médio Integrado: considerações a partir da Base Nacional Comum Curricular” traz a análise crítica sobre o impacto da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no EMI e na formação integral, uma vez

que, com viés instrumentalista, definem itinerários formativos com centralidade curricular nas competências, currículo único, seleção arbitrária com esvaziamento dos saberes. Assim, reflete sobre os riscos de permanência do histórico dualismo educacional no Brasil que prioriza o ensino técnico instrumental em detrimento da formação propedêutica.

As temáticas abordadas nos levam a refletir sobre as contradições e desafios postos nestes 20 anos e da importância do dossiê que se confirma diante do atual período crítico pelo qual a modalidade do ensino médio integrado se encontra, sobretudo diante de todos os movimentos citados até aqui, os quais atacam direitos e precarizam ainda mais o ensino no Brasil, aprofundando a dualidade. Nisso, é possível observar que só a publicação do Decreto 5.154/2004 não foi suficiente para alavancar, no país, um ensino integrado capaz de superar a dualidade educacional que (re)produz a desigualdade e compromete a formação de sujeitos emancipados e comprometidos com a transformação social.

Dessa forma, refletir sobre a atuação dos Institutos Federais neste contexto pode ser um caminho de resistência ativa e propositiva diante das questões que nos atravessam. Como a Rede Federal pode, neste ponto da história, se apropriar do caminho aberto pelo Decreto que aqui é analisado? Em que medida, ajustes na sua leitura e implementação podem ser discutidos? Como novas pautas podem ser apresentadas para a agenda de políticas educacionais? Em que medida, as discussões sobre a educação pública e o ensino médio podem ser beneficiadas com o debate sobre os pontos que aqui foram apresentados? Ainda que as respostas para essas questões sejam complexas ou mesmo desconhecidas, desejamos que a leitura deste Dossiê traga elementos para que nos próximos anos possamos construir avanços que serão identificados e comemorados quanto fizermos memória dos 30 anos do Decreto 5.154/2004.